

Jornal: **Revista Actualidade**

Periodicidade: **Mensal**

Tiragem: **8.000**

Data: **11/2012**

Secção: **Opinião**

Página: **6 e 7**



OPINIÃO OPINIÓN

Novas medidas de apoio à contratação



Por **Helga Martins***

Por forma a promover o mercado de trabalho, e, consequentemente, minimizar as percentagens de desemprego que nos têm sido comunicadas cada vez com mais frequência, o Governo lançou várias medidas de apoio direto e imediato à contratação.

Estas medidas visam promover a oferta de trabalho por parte das entidades empregadoras para que possam ter ao seu serviço pessoas polivalentes, mas que ao mesmo tempo tenham cada vez mais competências técnicas. Hoje em dia todos os saberes são importantes, mas passou a dar-se muito valor ao saber-fazer que se adquire através da prática mas também através da Formação. Com a maior competitividade dos mercados é preciso estar sempre um passo à frente, sendo que recursos humanos bem orientados e bem formados são um importante fator para atingir os objetivos.

Das várias medidas anunciadas, destaco quatro das que têm retorno imediato, sendo elas:

- Reembolso da taxa social única: reembolso das contribuições para a Segurança Social suportadas pela entidade empregadora (atualmente ficada em 23.75%); O apoio financeiro concedido corresponde a 100% da contribuição para a Segurança Social no caso de contratações sem termo; ou a 75%, caso se trate de uma contratação a termo por um período mínimo de 18 meses, com um limite de 175€ por mês, durante um período máximo de 18 meses. Esta medida, que faz parte do Programa Impulso Jovem, é cumulável com o Estímulo 2012.
- Medida de Incentivo à Aceitação de Ofertas de Emprego: esta medida consiste na atribuição de um apoio financeiro aos desempregados titulares de prestações de desemprego que aceitem ofertas de emprego apresentadas pelos centros de emprego, ou que consigam colocação pelos próprios meios. Para beneficiar deste apoio, o desempregado deverá reunir, cumulativamente, os seguintes requisitos: estar inscrito num centro de emprego há mais de seis meses; aceitar uma oferta de emprego com uma retribuição líquida inferior ao valor das suas prestações de desemprego; ter direito a beneficiar, à data da celebração do contrato de trabalho, prestações de desemprego por um período mínimo de seis meses. O apoio financeiro concedido corresponde a: 50% do valor das prestações de desemprego durante os primeiros seis meses, até ao limite máximo de 500 euros; 25% do valor das prestações de desemprego durante os seis meses seguintes, até ao limite máximo de 250 euros.

“Todas as medidas se destacam pela imediata promoção de emprego, quer para as entidades empregadoras possibilitando uma redução de custos quer para os trabalhadores que adquirem competências e formação para melhor desempenharem as suas funções tornando assim o mercado de trabalho mais competitivo e qualificado”

Para beneficiar deste incentivo, o contrato de trabalho terá que ter uma duração mínima de 3 meses, com horário de trabalho a tempo completo, sendo que o apoio financeiro tem um limite máximo de 12 meses, mesmo que o contrato de trabalho tenha uma duração superior.

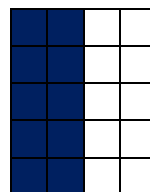
• Passaporte Emprego: na sequência do Programa Impulso Jovem, foram reguladas as Medidas “Passaporte Emprego”, “Passaporte Emprego Agricultura”, “Passaporte Emprego Economia Social” e “Passaporte Emprego Associações e

Federações Juvenis e Desportivas”.

Estes incentivos, de forma transversal, consistem no apoio ao desenvolvimento de um estágio de seis meses, contemplando formação profissional de 50 horas, a ser ministrada por uma entidade formadora certificada.

A entidade promotora deverá pagar ao estagiário uma bolsa mensal, definida segundo o seu nível de qualificação: 1,65 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), atualmente em 419,22 euros, para estagiário com ensino superior completo; de 1,25 vezes o IAS, para estagiário com ensino secundário ou pós-secundário completo; 1 IAS - para estagiários que não possuam o ensino secundário completo.

A comparticipação financeira prevista pela Medida



“Passaporte Emprego” corresponde à bolsa integral, no caso do estagiário com formação superior completa em entidades com 10 trabalhadores ou menos, e no caso de recurso ao “Passaporte Emprego Economia Social”. Nas restantes situações, a comparticipação é de 70%.

Adicionalmente, caso se verifique a contratação sem termo do estagiário nos 30 dias seguintes à conclusão do estágio, é concedido um prémio de integração à entidade empregadora, no valor de seis vezes a comparticipação com a bolsa de estágio.

Para beneficiarem deste apoio, as empresas devem encontrar-se regularmente constituídas e devidamente registadas, ter a situação contributiva regularizada perante a administração fiscal e a segurança social, não se encontrar em situação de incumprimento no que respeita a apoios concedidos pelo IEFP, ter a situação regularizada em matéria de restituições no âmbito do financiamento do FSE, e dispor de contabilidade organizada.

- Medida Estímulo 2012: Outra das medidas promovidas pelo IEFP para o combate ao desemprego é o “Estímulo 2012”, que consiste no apoio financeiro às entidades empregadoras que celebram contratos de trabalho, a tempo completo, com desempregados inscritos há pelo menos seis meses consecutivos num centro de emprego, com a obrigação de proporcionar formação profissional. O apoio financeiro concedido às entidades empregadoras consiste em: 50% da retribuição mensal paga ao trabalhador, até ao limite de 1 IAS mensal, pelo período máximo de seis meses; majoração de 10% nos casos de celebração de contrato sem termo ou celebração de contrato com desempregados que estejam inscritos há pelo menos 12 meses consecutivos num centro de emprego, sejam beneficiários do RSI, tenham idade igual ou inferior a 25 anos, tenham deficiência ou incapacidade, ou se trate de uma mulher com nível de habilitações inferior ao 3º ciclo do ensino básico.

Para beneficiar deste incentivo, a entidade empregadora terá obrigatoriamente que proporcionar formação profissional ao trabalhador, num mínimo de 50 horas, realizadas durante o período normal de trabalho, dentro dos seis meses em que dura o apoio. Caso a empresa tenha menos de cinco trabalhadores ao seu serviço, esta formação terá que ser prestada por uma entidade certificada.

Todas as medidas se destacam pela imediata promoção de emprego, quer para as entidades empregadoras possibilitando uma redução de custos quer para os trabalhadores que adquirem competências e formação para melhor desempenharem as suas funções, tornando, assim, o mercado de trabalho mais competitivo e qualificado. ■